

AS GREVES EM 2005

Em 2005, o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG), mantido pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – registrou a realização de 299 greves em todo o país, praticamente o mesmo número apurado em 2004 (302). As paralisações resultaram na interrupção por quase 20 mil horas das atividades produtivas. No ano anterior, as horas paradas chegaram a 23 mil. Estes dados fazem parte do Estudos e Pesquisas nº 20, *As greves em 2005*, divulgado, na íntegra no sítio do DIEESE: www.dieese.org.br.

TABELA 1
Total de greves e horas paradas nas esferas pública e privada,
por setor de atividade
Brasil, 2005

Esfera / Setor	Greves		Horas Paradas	
	nº	%	nº	% ⁽¹⁾
ESFERA PÚBLICA	162	54,2	15.422	79,2
Funcionalismo Público	138	46,2	14.689	75,5
<i>Governo Estadual</i>	66	22,1	5.207	26,7
<i>Governo Municipal</i>	36	12,0	3.175	16,3
<i>Governo Federal</i>	34	11,4	6.227	32,0
<i>Governos Municipal e Estadual</i> ⁽¹⁾	2	0,7	88	0,5
Empresas Estatais	24	8,0	725	3,7
<i>Serviços</i>	11	3,7	337	1,7
<i>Indústria</i>	11	3,7	252	1,3
<i>Comércio</i>	1	0,3	128	0,7
<i>Indústria e Comércio</i> ⁽²⁾	1	0,3	8	0,0
ESFERA PRIVADA	135	45,2	3.973	20,4
<i>Serviços</i>	59	19,7	1.881	9,7
<i>Indústria</i>	74	24,7	2.018	10,4
<i>Comércio</i>	1	0,3	2	0,0
<i>Rural</i>	1	0,3	72	0,4
ESFERA PÚBLICA E PRIVADA ⁽³⁾	2	0,7	80	0,4
Total	299	100,0	19.475	100,0

Fonte: DIEESE

Notas:⁽¹⁾ Greves das categorias profissionais de saúde e médicos que envolveram funcionários públicos estaduais e municipais.

⁽²⁾ Petrobras e BR Distribuidora

⁽³⁾ Greves da categoria bancários em nível nacional, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e de bancos privados.

⁽¹⁾ Por conta de arredondamentos, os percentuais podem, por um dígito, não somar 100.

A maior parte das paralisações de 2005 – 162, ou 54% delas – ocorreu na esfera pública, isto é, foram realizadas por funcionários públicos federais (11%), estaduais (22%) e municipais (12%) e pelos empregados de empresas estatais (8%). Duas delas envolveram trabalhadores municipais e estaduais. Na esfera privada, foram realizadas

135 greves (45% do total) sendo 25% nas indústrias e 20% nos serviços. Houve registro de apenas uma mobilização no comércio e de uma no setor rural.

Em relação a 2004, houve um aumento da proporção de greves registradas na esfera privada – que correspondia a 38% do total – e redução da participação das paralisações da esfera pública – que representavam 61%.

Do total de paralisações realizadas em 2005, apenas 53% podem ser consideradas para efeito de contabilização do total de trabalhadores em greve, da média de grevistas em cada paralisação e do cálculo de trabalhadores x horas paradas. Assim, com base nas 159 greves das quais foi possível obter essas informações, o DIEESE calcula que os movimentos parestistas do ano passado envolveram 2.026.500 trabalhadores, um número bastante superior ao apurado em 2004, com base nas 151 informações então disponíveis (1.291.332). Igualmente, a média de trabalhadores por greve aumentou, passando de 8.552, em 2004, para 12.745, no último ano. Cresceu, ainda, o número referente ao total de trabalhadores x horas paradas (produto da multiplicação, em cada uma das greves, do número de grevistas pelo número de horas paradas). Em 2004, foram 150.473.940; em 2005, 231.291.330.

As greves de 2005 tiveram motivações que o DIEESE classifica em quatro grupos, segundo seu caráter. A maior parte delas (quase 70%) – independentemente da esfera em que foi realizada – incluiu entre as reivindicações apresentadas ao menos uma justificativa propositiva, ou seja, que pleiteava a introdução de novas conquistas ou a melhoria das condições já vigentes (Tabela 2). Em 2004, o percentual de greves nas quais se procura avançar em relação às condições de trabalho e remuneração correspondia a 65%.

TABELA 2
Total de greves por esfera pública e privada, segundo caráter das reivindicações
Brasil, 2005

Caráter	Total ⁽¹⁾ (299)		Esfera Pública (162)				Esfera Privada (135)	
			Funcionários Públicos (138)		Empresas Estatais (24)			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Propositivas ⁽¹⁾	207	69,2	105	76,1	19	79,2	81	60,0
Defensivas ⁽²⁾	135	45,2	56	40,6	9	37,5	68	50,4
<i>descumprimento de direitos</i>	70	23,4	27	19,6	3	12,5	40	29,6
<i>renovação ou manutenção de condições vigentes⁽¹⁾</i>	72	24,1	30	21,7	6	25,0	34	25,2
Protesto	50	16,7	39	28,3	8	33,3	3	2,2
Solidariedade	2	0,7	0	0,0	-	-	2	1,6
Sem informação	2	0,7	1	0,7	-	-	1	0,7

Fonte: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ A soma das greves classificadas por caráter ou motivos pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode apresentar diversas reivindicações e distintas motivações

⁽²⁾ As duas greves da categoria bancários, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e privados, tiveram reivindicações com caráter propositivo e defensivo (renovação ou manutenção de condições vigentes). Aqui, esta foi considerada no total, mas não foi computada em nenhuma das esferas analisadas.

Em cerca de 45% das paralisações foram incluídos motivos de caráter defensivo: em metade delas, por descumprimento de direitos e em metade pleiteando a renovação ou manutenção de condições vigentes. Cinquenta greves (16,7%) tiveram, ao menos como uma de suas razões, o protesto contra determinadas condições que, normalmente, não podem ser atendidas no âmbito estrito das relações de trabalho, dado que são de responsabilidade do poder público. Finalmente, houve duas greves de solidariedade, em apoio a movimentos de trabalhadores de outras categorias, empresas ou setores.

Quanto às reivindicações, a mais freqüente refere-se ao reajuste salarial, presente em quase metade das greves (141, ou 47% delas). Em seguida, registrou-se a demanda por Plano de Cargos e Salários, que compôs a pauta de 20% das paralisações empreendidas; auxílio alimentação (17%); questões relativas a condições de trabalho (15%); protesto por atraso no pagamento de salários e Participação nos Lucros e/ou Resultados (12% cada uma). Também apresentaram ocorrência significativa as exigências referentes a novas contratações, assistência médica, protesto por descumprimento de acordo e reajuste do piso salarial (10% cada uma).

As greves no serviço público

Dentre as 159 greves das quais foi possível obter informações sobre tempo de duração e total de trabalhadores envolvidos, 74 (ou 47%) foram realizadas na esfera pública, a maior parte por funcionários públicos (64). As greves do funcionalismo reuniram 1.380.585 servidores, uma média de 18.657 trabalhadores por paralisação, e foram responsáveis por 6.556 horas paralisadas. Nas estatais, as 10 greves contaram com 243.162 trabalhadores, ou seja, 24.316 parados por greve, com 348 horas paradas.

Houve, ainda, o envolvimento de empregados de estatais em duas paralisações realizadas por bancários de estabelecimentos públicos e privados, com 161 mil grevistas, 80.500 trabalhadores por greve, em média, e 80 horas paradas, para as quais não é possível precisar os indicadores relativos a cada uma das esferas.

Dentre as 64 greves realizadas por funcionários públicos, 75% foram paralisações de categoria, cada uma com 23.398 grevistas em média, envolvendo mais de 1 milhão de trabalhadores. Apenas 16 greves ocorreram em unidades de serviço público, e delas participaram 14.317 servidores.

Mais de três quartos das interrupções do trabalho na esfera pública foram motivadas por reivindicações propositivas: 76% na administração direta e 79% nas empresas estatais. As greves defensivas representaram 41% do total das realizadas pelo funcionalismo e 38% nas estatais. A esfera pública concentra as greves de protesto, que correspondem a 28% dos movimentos dos funcionários públicos e um terço dos empreendidos por trabalhadores de empresas estatais.

Quase 60% das paralisações do funcionalismo público – 82 em 138 – reivindicavam reajuste de salário, enquanto nas empresas estatais essa exigência constava em exatamente metade das mobilizações.

No caso dos funcionários da administração direta, a segunda principal reivindicação refere-se à elaboração e/ou implantação de plano de cargos e salários (41% dos movimentos). Questões relativas às condições de trabalho compuseram a pauta de 22% dessas greves, e a contratação de novos trabalhadores, de 16% (Tabela 3).

TABELA 3
Principais reivindicações das greves realizadas por funcionários públicos (138)
Brasil, 2005

Reivindicação	Greves ⁽¹⁾	
	nº	%
Reajuste Salarial	82	59,4
Plano de Cargos e Salários ou de Carreira	56	40,6
Condições de trabalho	30	21,7
Melhorias no serviço público	23	16,7
Contratação	22	15,9

Fonte: DIEESE

Notas ⁽¹⁾ A soma das greves classificadas por caráter ou motivos pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode apresentar diversas reivindicações e distintas motivações

Entre os trabalhadores em empresas estatais, destacam-se as reivindicações de auxílios (alimentação, em 35% das paralisações, e assistência médica, em 19%); Participação nos Lucros e/ou Resultados da Empresa, presente em 27% das greves; e os protestos contra a privatização das empresas, questões presentes em 23% dos movimentos. Também a contratação de novos trabalhadores, piso salarial e condições de trabalho constavam em proporção significativa das paralisações (Tabela 4).

TABELA 4
Principais reivindicações das greves de trabalhadores de empresas estatais (26)
Brasil, 2005 ⁽¹⁾

Reivindicação	Greves ⁽²⁾	
	nº	%
Reajuste Salarial	13	50,0
Alimentação	9	34,6
Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR)	7	26,9
Privatização	6	23,1
Assistência médica	5	19,2
Contração	5	19,2
Piso salarial	5	19,2
Condições de trabalho	5	19,2

Fonte: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ Estão aqui incluídas as duas greves da categoria bancários em nível nacional, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e privados. O total de reivindicações, foi calculado, portanto, sobre 26.

⁽²⁾ A soma das greves classificadas por caráter ou motivos pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode apresentar diversas reivindicações e distintas motivações.

As greves no setor privado

O setor privado foi responsável pela realização, em 2005, de 83 greves¹ (52% das 159 sobre as quais foi possível obter informações sobre tempo de paralisação e total de grevistas). Quase 500 mil trabalhadores participaram destas mobilizações (484.915 – 24% do total), e a média de grevistas por paralisação foi bem maior (5.842) do que a aferida em 2004 (3.835), e contabilizaram 2.831 horas paradas.

Ao contrário do que ocorreu no serviço público – onde a maior parte das mobilizações ocorreu no nível de categoria –, na esfera privada menos de um terço das paralisações contabilizadas (26) teve essa característica. Ainda assim, estas últimas envolveram um número muito maior de trabalhadores – 415.100, ou 87% do total de grevistas dessa esfera – do que as 57 greves realizadas no âmbito de empresas, que totalizaram menos de 70 mil grevistas.

A realização de greves com motivo propositivo foi majoritária na esfera privada (60%), mas em percentual inferior ao verificado na esfera pública. Já as razões defensivas estiveram presentes em metade dessas paralisações. As duas únicas mobilizações por solidariedade ocorreram no setor privado.

Na esfera privada, reivindicações de reajuste salarial estiveram presentes em 38% das paralisações. A segunda reivindicação mais freqüente foi a relativa à Participação nos Lucros e/ou Resultados das empresas, atingindo 23% do total. A introdução ou manutenção de auxílios compôs a pauta de boa parte dos movimentos (alimentação em 22% e assistência médica em 11%). O número de paralisações por atraso no pagamento dos salários e por descumprimento de direitos previstos em acordo ou convenção coletiva de trabalho foi bastante expressivo na esfera privada, correspondendo a 20% e 11% do total, respectivamente. Por fim, foram registrados, em 12% das paralisações, pleitos relativos ao piso salarial da categoria (Tabela 5).

¹ Novamente, não estão incluídas as duas paralisações dos bancários, já referidas nas greves da esfera pública, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e privados.

TABELA 5
Principais reivindicações das greves nas empresas privadas (137)
Brasil, 2005

Reivindicação	Greves	
	nº	%
Reajuste Salarial	48	35,6
Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR)	32	23,7
Alimentação	29	21,5
Atraso de Salário	27	20,0
Piso salarial	16	11,9
Descumprimento de acordo	15	11,1
Assistência Médica	15	11,1

Fonte: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ Estão aqui incluídas as duas greves da categoria bancários em nível nacional, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e privados. O total de reivindicações foi calculado, portanto, sobre 137.

⁽²⁾ A soma das greves classificadas por caráter ou motivos pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode apresentar diversas reivindicações e distintas motivações.

Merecem destaque, nas greves do setor privado, as distinções entre as reivindicações dos trabalhadores na indústria e as dos trabalhadores em serviços. No caso da indústria, onde as reivindicações são claramente mais propositivas (68%), o reajuste salarial deixa de ser o principal motivo das greves: entre as 74 paralisações do setor, 26 arrolaram, entre suas exigências, o pagamento de PLR, total superior ao referente ao reajuste salarial (21 casos). Já nos serviços, onde reivindicações de caráter defensivo atingiram 71% das paralisações, a principal exigência dos trabalhadores foi o reajuste salarial – presente em 44% dos movimentos –, praticamente a mesma quantidade de greves contra o atraso no pagamento dos salários (42%). Outras razões de natureza claramente defensiva também se encontram na lista das motivações centrais das paralisações desencadeadas no setor: descumprimento de direitos (20%), atraso de 13º salário (15%) e pela melhoria das condições de trabalho vigentes (14%).

Resolução de conflitos

A negociação direta foi o método mais comumente utilizado por empregados e empregadores para equacionar seus embates. De 166 greves das quais foi possível obter descrição sobre métodos para solução de conflitos, 147 (89%) apontam a via da negociação. Em 2004, este caminho foi trilhado em 80% das paralisações. Em 25% delas, houve a presença do Poder Judiciário (Tabela 6).

A abertura de negociações foi mais freqüente na iniciativa privada (91% dos 81 casos onde há descrição sobre formas de resolução de conflitos) do que na esfera pública (86% de 87 greves). No âmbito da esfera pública, destacaram-se as greves nas empresas estatais e no funcionalismo federal, onde todas as paralisações sobre as quais se têm notícias acerca do processo de resolução de conflitos, incluíram a abertura de

negociações². No funcionalismo público municipal, cerca de 71% das greves tiveram processo de negociação, e no estadual, 80%.

TABELA 6
Formas de resolução de conflitos, sobre o total de greves com “mecanismos de resolução dos conflitos” informados (166)
Brasil, 2005

Formas de resolução	Greves ⁽¹⁾	
	nº	%
Negociação	147	88,6
Intervenção/participação da Justiça ⁽²⁾	41	24,7
<i>Decisão judicial</i>	27	16,3
<i>Recursos ⁽³⁾</i>	14	8,4
<i>Acordo judicial</i>	7	4,2
Constituição de comissão	1	0,6

Fonte: DIEESE

Notas: ⁽¹⁾ Em algumas greves, foi adotada mais de uma medida para a resolução dos conflitos, razão pela qual a soma das parcelas excede o número total de greves registrado

⁽²⁾ Em algumas das greves, a Justiça do Trabalho, acionada, decidiu sobre o mérito do movimento (decisão judicial). No entanto, houve nova recorrência a essa instância, que tanto pode ter resultado em acordo judicial, quanto não ter tido seu resultado noticiado.

⁽³⁾ Greves caracterizadas por ingressos na Justiça, mas desacompanhadas de informação sobre os resultados do julgamento

As participações da Justiça foram mais frequentes na esfera pública do que na privada, constando de 30% das greves na primeira, contra 20% na segunda. No setor público, na medida em que se amplia o nível governamental contra o qual se volta a greve, diminui a proporção de interferências dos poderes judiciários no desenrolar dos movimentos. Assim, se foram somados 43% no âmbito dos municípios, limitaram-se a 34% nos estados e a apenas 14% no nível federal. Nas empresas estatais, o Judiciário figura como ator em 22% das paralisações.

Resultados das Greves

Foram obtidas informações quanto ao resultado das negociações em 108 greves realizadas em 2005. De acordo com esse painel, conclui-se que em apenas 6% das mobilizações houve rejeição integral das pautas de reivindicações defendidas pelos grevistas. Entre os funcionários públicos, essa marca é levemente superada, atingindo 8%³. Em 75% das greves noticiadas, os trabalhadores conquistaram ao menos parte de suas exigências. Os casos de atendimento absoluto das pautas alcançaram 15% do total

² Em algumas das greves, houve também participação da Justiça, mas em todos os casos foi instaurado processo de negociação.

³ O percentual corresponde a três greves voltadas contra governos estaduais.

e em mais da metade das ocorrências (60%) as greves renderam aos manifestantes o acolhimento parcial das reivindicações apresentadas⁴.

Em 31% dessas 108 paralisações, houve, ao final de cada movimento, a abertura ou continuidade das negociações a respeito das demandas dos grevistas.

As negociações que confrontaram os servidores públicos às administrações a que respondem, renderam menos resultados concretos do que as praticadas entre os trabalhadores celetistas e as empresas privadas ou estatais. No funcionalismo público, as listas de reivindicações dos grevistas foram parcial ou totalmente contempladas pelos governos em 69% das 36 ocorrências informadas. Esse patamar se eleva a 75% na esfera privada e a 83% nas empresas estatais – ressalvando-se que, neste último caso, a porcentagem se refere exclusivamente a atendimentos parciais. A frequência de abertura ou prolongamento de negociações oscilou entre 25% nas empresas estatais e 36% entre os servidores públicos.

TABELA 7
Resultados das negociações da pauta de reivindicações nas esferas pública e privada em relação ao total de greves com resultados informados (108) ⁽¹⁾
Brasil, 2005

Resultado	Total		Esfera Pública				Esfera Privada ⁽²⁾	
			Funcionários Públicos		Empresas Estatais ⁽²⁾			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Atendimento das reivindicações	81	75,0	25	69,4	10	83,3	47	75,8
<i>Parcial</i>	65	60,2	21	58,3	10	83,3	35	56,4
<i>Integral</i>	16	14,8	4	11,1	0	0,0	12	19,4
Rejeição das reivindicações	6	5,6	3	8,3	0	0,0	3	4,8
Prosseguimento das negociações	33	30,6	13	36,1	3	25,0	18	29,0
Total	108	-	36	-	12	-	62	-

Fonte: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ Dada a existência de resultados combinados, a soma das parcelas não coincide com o total de resultados.

⁽²⁾ Estão aqui incluídas as duas greves da categoria bancários em nível nacional, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e privados e foram computadas nas duas esferas.

Os indicadores disponíveis para o movimento grevista de 2005 convergem para a conclusão de que os trabalhadores quase sempre se beneficiam quando, obrigados pela necessidade ou movidos pelo senso de oportunidade de novas conquistas, recorrem ao expediente da interrupção de suas atividades. Tal conclusão reforça a percepção de que

⁴ Cada pauta de reivindicações é considerada atendida sempre que for contemplada exatamente na medida e nas condições exigidas pelos trabalhadores. Por atendimento parcial das reivindicações entende-se a rejeição de um ou mais itens reivindicados, ou a aceitação de pontos em condições aquém das requeridas. É necessário ter em conta que o nível de atendimento às reivindicações está fortemente condicionado à extensão da pauta apresentada pelos grevistas e à complexidade dos itens contidos nesses documentos. As listas de exigências dos funcionários públicos não raramente são compostas por um alto número de demandas, de diversas naturezas, enquanto os trabalhadores da iniciativa privada em geral se mobilizam por motivos mais específicos e, portanto, mais facilmente contempláveis.

o recurso à greve, a despeito de todas as dificuldades conjunturais enfrentadas pelo movimento sindical, mantém-se como eficaz mecanismo de progresso das condições de vida da classe trabalhadora.